



RELATÓRIO ANUAL 2019



ÍN- DI- CE

Relatório Administrativo.....	03
Balancos Patrimoniais	11
Demonstrações de sobras ou perdas.....	13
Demonstração das Mutações do Patrimônio líquido	14
Demonstrações do Fluxo de Caixa.....	15
Notas explicativas às demonstrações.....	16



Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.Sas. às Demonstrações Contábeis do exercício de 2019 da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Palmeiras e Região LTDA. – SICOOB PALMEIRAS, na forma da Legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em fevereiro do ano de 2020 o SICOOB PALMEIRAS vai completar 28 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da captação de depósitos e concessão de empréstimos.

2. Avaliação de Resultados

No exercício do ano de 2019, o SICOOB PALMEIRAS obteve um resultado de R\$ 4.346.981,03 (quatro milhões, trezentos e quarenta e seis mil, novecentos e oitenta e um reais e três centavos).

3. Ativos

Os recursos alocados na Centralização Financeira somaram R\$ 51.835.879,41 (cinquenta e um milhões, oitocentos e trinta e cinco mil, oitocentos e setenta e nove reais e quarenta e um centavos). Enquanto a carteira de créditos representava R\$ 48.675.637,51 (quarenta e oito milhões, seiscentos e setenta e cinco mil, seiscentos e trinta e sete reais e cinquenta e um centavos).

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2019 o percentual de 43,34% da carteira, no montante de R\$ 22.056.209,73 (vinte e dois milhões, cinquenta e seis mil, duzentos e nove reais e setenta e três centavos).

4. Captação

As captações, totalizaram R\$ 36.355.268,74 (trinta e seis milhões, trezentos e cinquenta e cinco mil, duzentos e sessenta e oito reais e setenta e quatro centavos).

As captações somadas, com as disponibilidades encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à Vista	R\$ 16.237.757,33	44,67%
Depósitos a Prazo	R\$ 13.957.832,77	38,39%
Carteira de Crédito do Agronegócio - LCA	R\$ 6.159.678,64	16,94%

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2019 o percentual de 39,86% da captação, no montante de R\$ 15.870.878,15 (quinze milhões, oitocentos e setenta mil, oitocentos e setenta e oito reais e quinze centavos).

5. Patrimônio de Referência

No encerramento do exercício do ano de 2019, o Patrimônio de Referência do SICOOB PALMEIRAS era de R\$ 41.176.852,76 (quarenta e um milhões, cento e setenta e seis mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e setenta e seis centavos). O quadro de associados no final do exercício de 2019 era composto por 1.503 associados.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercado ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do Associado através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICOOB PALMEIRAS adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 97,03% nos níveis de "AA" a "C", níveis estes refletos a menor probabilidade da ocorrência do não pagamento por parte do tomador dos recursos.

7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permite aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembleia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabe ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos e Riscos, subordinado diretamente ao Conselho de Administração que é supervisionado pelo SICOOB GOIÁS CENTRAL, que, por sua vez, realiza as atividades de controles internos, e pela CNAC – Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, que desenvolve os trabalhos de auditorias internas e ainda possuem a auditoria externa.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselheiros de Administração, Conselheiros Fiscais e da Diretoria Executiva. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela Central.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno da Diretoria Executiva, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal, o Plano de Sucessão de Administradores e o Regulamento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para estar de acordo com as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados, estagiários e menor aprendiz dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a segregação de funções e o gerenciamento do desempenho de seu quadro funcional. Todos esses mecanismos de controles, são relevantes e necessários para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho Fiscal

Eleito trienalmente (a cada 3 anos) na AGO de 2019, com mandato até a AGO de 2022, o Conselho Fiscal tem função complementar à do Conselho de Administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual. Em 2019, a Cooperativa disponibilizou para todos os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal, cursos de formação ministrado pelo SICOOB GOIÁS CENTRAL e cursos online na Sicoob Universidade, com o objetivo de atualizar e/ou reciclar as responsabilidades dos conselheiros fiscais e a forma de exercê-las.

9. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do SICOOB PALMEIRAS aderiram, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, estagiários, menor aprendiz, conselheiros de administração e fiscal ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. Sistema de Ouvidoria

A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de Diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o

cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários dos produtos e serviços da cooperativa, além de atuar como canal de comunicação com os associados e integrantes das comunidades onde a Cooperativa atua.

No exercício de 2019, a Ouvidoria do SICOOB PALMEIRAS, registrou 03 (três) ocorrências de associados, o qual os acompanhamentos foram feitos, tratados e solucionados pela Gerente de Negócios – Vanuza Martins de Almeida.

11. Gerenciamento de Risco e de Capital

11.1 Risco Operacional

a) As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional que foi aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação, entidade responsável por prestar os serviços de gestão centralizada do risco operacional para as entidades do Sicoob.

b) O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

c) As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos e Riscos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração. A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

d) Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/2006 encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

11.2 Riscos de Mercado e de Liquidez

- a) O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob Palmeiras (**Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Palmeiras e Região LTDA.**) objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída nas Resoluções CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.
- b) Conforme preceitua o artigo 11 da Resolução CMN 3.721/2009, o Sicoob Palmeiras (**Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Palmeiras e Região LTDA.**) aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), que pode ser evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.
- c) No gerenciamento dos riscos de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (*trading*) e não negociação (*banking*), de mensuração do risco de mercado, de estabelecimento de limites de risco, de testes de *stress* e de aderência do modelo de mensuração de risco (*backtesting*).
- d) No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de *stress* e planos de contingência.
- e) Não obstante a centralização do gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez, o Sicoob Palmeiras (**Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Palmeiras e Região LTDA.**) possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da entidade.

11.3 Risco de crédito

- a) O gerenciamento de risco de crédito do Sicoob Palmeiras (**Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Palmeiras e Região LTDA.**) objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

- b) Conforme preceitua o artigo 10 da Resolução CMN nº 3.721/2009, o Sicoob Palmeiras (**Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Palmeiras e Região LTDA.**) aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.
- c) Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.
- d) Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, o Sicoob Palmeiras (**Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Palmeiras e Região LTDA**) possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

11.4 Gerenciamento de capital

- a) A estrutura de gerenciamento de capital do Sicoob Palmeiras (**Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Palmeiras e Região LTDA.**) objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.
- b) Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.988/2011, o Sicoob Palmeiras (**Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Palmeiras e Região LTDA.**) aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.
- c) O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sicoob com objetivo de:
- d)

- avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do Sicoob estão sujeitas;
- planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sicoob;
- adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

e) Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sicoob.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos Associados pela preferência e confiança e aos colaboradores, menor aprendiz e estagiários por sua dedicação.

Palmeiras de Goiás – Goiás, 21 de janeiro de 2020.

**COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO
DE PALMEIRAS E REGIÃO LTDA**

**BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DEZEMBRO DE 2019 E 2018**

ATIVO	Nota	31/12/20	31/12/20
Circulante		81.832.139,85	62.376.743,16
Disponibilidades <u>Nota 4</u>		916.515,85	359.839,90
Relações Interfinanceiras <u>Nota 5</u>		51.835.879,41	27.555.523,26
Centralização Financeira - Cooperativas		51.835.879,41	27.555.523,26
Operações de Crédito <u>Nota 6</u>		28.470.016,02	34.291.315,97
Operações de Crédito		29.121.189,99	35.670.727,58
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(651.173,97)	(1.379.411,61)
Outros Créditos <u>Nota 7</u>		124.713,69	170.064,03
Rendas a Receber		13.971,64	11.575,70
Diversos		110.742,05	158.488,33
Outros Valores e Bens <u>Nota 8</u>		485.014,88	-
Outros Valores e Bens		217.617,12	-
Despesas Antecipadas		267.397,76	-
Não Circulante		31.262.533,93	17.679.479,57
Realizável a Longo Prazo		20.308.819,53	8.197.364,04
Operações de Crédito <u>Nota 6</u>		20.205.621,49	8.094.166,00
Operações de Crédito		20.830.586,42	8.957.381,00
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(624.964,93)	(863.215,00)
Outros Créditos <u>Nota 7</u>		103.198,04	103.198,04
Diversos		103.198,04	103.198,04
Permanente		10.953.714,40	9.482.115,53
Investimentos <u>Nota 9</u>		8.347.275,98	7.460.467,41
Outros Investimentos		8.347.275,98	7.460.467,41
Imobilizado em Uso <u>Nota 10</u>		2.363.882,34	743.627,03
Imóveis de Uso		1.394.496,07	557.504,82
Outras Imobilizações de Uso		1.532.195,79	678.895,19
(Depreciações Acumuladas)		(562.809,52)	(492.772,98)
Intangível		242.556,08	1.278.021,09
Ativos Intangíveis		636.745,21	1.585.997,62
(Amortização Acumulada)		(394.189,13)	(307.976,53)
TOTAL DO ATIVO		113.094.673,78	80.056.222,73

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

PASSIVO	31/12/2019	31/12/2018
Circulante	57.168.581,13	39.598.941,97
Depósitos <u>Nota 11</u>	30.195.590,13	23.355.658,92
Depósitos à Vista	16.237.757,33	11.308.035,62
Depósitos a Prazo	13.957.832,80	12.047.623,30
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos <u>Nota 12</u>	6.159.678,64	3.160.603,45
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	6.159.678,64	3.160.603,45
Relações Interfinanceiras <u>Nota 13</u>	15.252.637,75	10.238.610,73
Repasse Interfinanceiros	15.252.637,75	10.238.610,73
Relações Interdependências <u>Nota 14</u>	3.729.400,00	1.747.800,00
Recursos em Trânsito de Terceiros	3.729.400,00	1.747.800,00
Outras Obrigações <u>Nota 15</u>	1.831.274,61	1.096.268,87
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	6.527,19	10.895,48
Sociais e Estatutárias	690.884,15	389.199,01
Fiscais e Previdenciárias	422.794,69	342.871,68
Diversas	711.068,58	353.302,70
Exigível a Longo Prazo	5.782.752,01	2.150.819,35
Relações Interfinanceiras	5.515.871,19	1.948.067,00
Repasse Interfinanceiros	5.515.871,19	1.948.067,00
Outras Obrigações <u>Nota 15</u>	266.880,82	202.752,35
Diversas	266.880,82	202.752,35
Patrimônio Líquido <u>Nota 17</u>	50.143.340,64	38.306.461,41
Capital Social	38.015.412,32	28.012.954,13
De Domiciliados no País	38.124.575,01	28.123.115,13
(Capital a Realizar)	(109.162,69)	(110.161,00)
Reserva de Sobras	10.769.143,45	9.087.826,30
Sobras/Perdas Acumuladas	1.358.784,87	1.205.680,98
TOTAL	113.094.673,78	80.056.222,73

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE PALMEIRAS E REGIÃO LTDA

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS PARA O SEMESTRE E EXECÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

DSP	Notas	2o Sem	31/12/2019	31/12/2018
RECEITAS (INGRESSOS) DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA <u>Nota 19</u>		4.643.139,27	8.865.262,10	8.422.218,48
Operações de Crédito		4.407.486,41	8.629.609,24	8.268.455,16
Resultado das Aplicações Compulsórias		235.652,86	235.652,86	153.763,32
DESPESAS (DISPÊNDIOS) DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA <u>Nota 20</u>		(858.597,58)	(1.909.581,54)	(2.694.277,53)
Operações de Captação no Mercado		(642.793,37)	(1.187.988,28)	(952.382,57)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses		(538.267,89)	(858.361,89)	(461.607,50)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		322.463,68	136.768,63	(1.280.287,46)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		3.784.541,69	6.955.680,56	5.727.940,95
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS (INGRESSOS/DISPÊNDIOS) OPERACIONAIS		(280.301,13)	(587.033,41)	(329.079,55)
Receitas (Ingressos) de Prestação de Serviços		642.536,10	1.091.823,46	814.246,75
Rendas (Ingressos) de Tarifas Bancárias <u>Nota 22</u>		73.461,45	144.325,64	184.393,54
Despesas (Dispêndios) de Pessoal <u>Nota 23</u>		(1.198.746,81)	(2.293.809,70)	(1.793.962,82)
Outras Despesas (Dispêndios) Administrativas <u>Nota 24</u>		(1.370.399,58)	(2.417.376,64)	(1.702.269,00)
Despesas (Dispêndios) Tributárias		(97.727,38)	(170.373,82)	(85.325,42)
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais <u>Nota 25</u>		538.928,15	1.049.014,12	446.766,33
Ingressos de Depósitos Intercooperativos		1.432.215,10	2.556.242,45	2.002.975,26
Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais		(300.568,16)	(546.878,92)	(195.904,19)
RESULTADO OPERACIONAL		3.504.240,56	6.368.647,15	5.398.861,40
RESULTADO NÃO OPERACIONAL <u>Nota 27</u>		-	7.576,01	10.386,14
Receitas Não Operacionais		-	8.089,01	11.126,14
Despesas Não Operacionais		-	(513,00)	(740,00)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		3.504.240,56	6.376.223,16	5.409.247,54
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO		(1.049.679,78)	(2.029.242,13)	(1.668.343,53)
SOBRAS/PERDAS ANTES DAS DESTINAÇÕES		2.454.560,78	4.346.981,03	3.740.904,01
DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS			(2.988.196,16)	(2.535.223,03)
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social			(44.162,30)	77.085,78
Reserva Legal			(1.358.784,86)	(1.205.680,99)
Outras destinações Estatutárias			(1.585.249,00)	(1.406.627,82)
SOBRAS/PERDAS LÍQUIDAS A DISPOSIÇÃO DA AGO			1.358.784,87	1.205.680,98
As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.			1.358.784,87	1.205.680,98

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE PALMEIRAS E REGIÃO LTDA

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Eventos	Notas	Capital		Reservas de Sobras			Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
		Capital Subscrito	Capital a Realizar	Fundo de Reserva	FAC	Contingências FUNCAAF		
Saldo em 31/12/2017		25.598.287,35	(336.368,53)	6.101.203,38	1.258.670,25	242.113,89	1.078.860,21	33.942.766,55
Destinações de Sobras Exercício Anterior:								
Em Conta Corrente do Associado		-	-	-	-	-	(1.078.860,21)	(1.078.860,21)
Movimentação de Capital:								
Por Subscrição/Realização		2.112.469,00	226.207,53	-	-	-	-	2.338.676,53
Por Devolução (-)		(2.514.655,00)	-	-	-	-	-	(2.514.655,00)
Por Incorporação de reservas		1.258.670,25	-	-	(1.258.670,25)	-	-	-
Constituição de Reservas								
Sobras ou Perdas Líquidas		-	-	-	-	132.200,22	-	132.200,22
Remuneração de Juros ao Capital: Nota 18								
Provisão de Juros ao Capital		-	-	-	-	-	(1.668.343,53)	(1.668.343,53)
Subscrição do Juros ao Capital		1.820.573,25	-	-	-	-	-	1.820.573,25
IRRF sobre Juros ao Capital		(152.229,72)	-	-	-	-	-	(152.229,72)
FATES								
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:		-	-	-	-	-	278.033,00	278.033,00
. Fundo de Reserva		-	-	1.205.680,99	-	-	(1.205.680,99)	-
. Outros Fundos Estatutários		-	-	-	1.406.627,82	-	(1.406.627,82)	-
. F A T E S		-	-	-	-	-	(200.947,22)	(200.947,22)
Saldos em 31/12/2018		28.123.115,13	(110.161,00)	7.306.884,37	1.406.627,82	374.314,11	1.205.680,98	38.306.461,41
Destinações de Sobras Exercício Anterior:								
Ao Capital		1.205.680,98	-	-	-	-	(1.205.680,98)	-
Movimentação de Capital:								
Por Subscrição/Realização		8.905.280,90	998,31	-	-	-	-	8.906.279,21
Por Devolução (-)		(3.545.371,95)	-	-	-	-	-	(3.545.371,95)
Por Incorporação de reservas		1.406.627,82	-	-	(1.406.627,82)	-	-	-
Constituição de Reservas								
Sobras ou Perdas Líquidas		-	-	-	-	143.911,11	-	143.911,11
Remuneração de Juros ao Capital: Nota 18								
Provisão de Juros ao Capital		-	-	-	-	-	(2.029.242,13)	(2.029.242,13)
Subscrição do Juros ao Capital		1.830.323,27	-	-	-	-	-	1.830.323,27
IRRF sobre Juros ao Capital		198.918,86	-	-	-	-	-	198.918,86
FATES								
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:		-	-	-	-	-	182.301,84	182.301,84
. Fundo de Reserva		-	-	1.358.784,86	-	-	(1.358.784,86)	-
. Outros Fundos Estatutários		-	-	-	1.585.249,00	-	(1.585.249,00)	-
. F A T E S		-	-	-	-	-	(226.464,14)	(226.464,14)
Saldos em 31/12/2019		38.124.575,01	(109.162,69)	8.665.669,23	1.585.249,00	518.225,22	1.358.784,87	50.143.340,64

**COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO
DE PALMEIRAS E REGIÃO LTDA**
**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O SEMESTRE
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E PARA EXERCÍCIO FINDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

DESCRIÇÃO	Notas	31/12/2019	31/12/2018
Atividades Operacionais			
Sobras/Perdas Antes DA Tributação e Participações		6.376.223,16	5.409.247,54
Provisão para Operações de Crédito		(136.768,63)	1.280.287,46
Provisão de Juros ao Capital		(2.029.242,13)	(1.668.343,53)
Depreciações e Amortizações		157.138,14	68.130,31
		4.367.350,54	5.089.321,78
Aumento (redução) em ativos operacionais			
Operações de Crédito		(6.153.386,91)	(6.988.765,73)
Outros Créditos		45.350,34	1.150.327,81
Outros Valores e Bens		(485.014,88)	-
Aumento (redução) em passivos operacionais			
Depósitos a Vista		4.929.721,71	1.803.732,70
Depósitos a Prazo		1.910.209,50	1.416.015,28
Obrigações por Emissão de LCA		2.999.075,19	3.019.950,05
Relações Interdependências		1.981.600,00	(471.700,00)
Relações Interfinanceiras		8.581.831,21	3.937.369,58
Outras Obrigações		754.971,91	(386.458,09)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Atividades Operacionais		18.931.708,61	8.569.793,38
Atividades de Investimentos			
Aplicação no Intangível		960.524,70	(1.280.509,20)
Aquisição De Imobilizado de Uso		(1.702.453,14)	(178.765,06)
Aquisição de investimentos		(886.808,57)	(2.449.673,66)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos		(1.628.737,01)	(3.908.947,92)
Aumento por novos aportes de Capital		8.906.279,21	2.338.676,53
Devolução de Capital à Cooperados		(3.545.371,95)	(2.514.655,00)
Destinação de Sobras Exercício Anterior em C/C Associados		-	(1.078.860,21)
Subscrição do Juros ao Capital Líquido de IRRF		2.029.242,13	1.668.343,53
Aumento nas reservas por incorporações		143.911,11	132.200,22
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos		7.534.060,50	545.705,07
Aumento / Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		24.837.032,10	5.206.550,53
Modificações em de Caixa e Equivalentes de Caixa Líquidas			
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período		27.915.363,16	22.708.812,63
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período		52.752.395,26	27.915.363,16
Varição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		24.837.032,10	5.206.550,53

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE PALMEIRAS E REGIÃO LTDA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2019 DE 2019 E 2018

(Em reais)

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE PALMEIRAS E REGIÃO LTDA - SICOOB PALMEIRAS**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **02/02/1993**, filiada à **COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE GOIÁS LTDA – SICOOB GOIÁS CENTRAL** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB PALMEIRAS** possui **2** Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: **TURVÂNIA - GO, PALMINÓPOLIS - GO**.

O **SICOOB PALMEIRAS** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em **02/03/2020**.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registradas de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de

alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB GOIÁS CENTRAL** e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

l) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

m) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

n) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

o) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

p) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

q) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

r) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

s) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2019** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

t) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e

- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2019**.

4. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e depósitos bancários	916.515,85	359.839,90
Relações interfinanceiras - centralização financeira	51.835.879,41	27.555.523,26
TOTAL	52.752.395,26	27.915.363,16

5. Relações interfinanceiras

Em **31 de dezembro de 2019** e **2018**, as aplicações interfinanceiras de liquidez estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
	Circulante	Circulante
Centralização Financeira - Cooperativas (a)	51.835.879,41	27.555.523,26
TOTAL	51.835.879,41	27.555.523,26

(a) referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao **SICOOB GOIÁS CENTRAL** conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015. Os rendimentos auferidos com a centralização financeira em 2019 totalizaram R\$ 2556.242,45 e R\$ 2.002.975,26 em 2018.

6. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
-----------	------------	------------

	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimos e Títulos Descontados	9.353.878,62	12.261.324,84	21.615.203,46	23.443.107,53
Financiamentos	2.104.847,29	2.953.390,39	5.058.237,68	3.723.301,95
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	17.662.464,08	5.615.871,19	23.278.335,27	17.461.699,10
Total de Operações de Crédito	29.121.189,99	20.830.586,42	49.951.776,41	44.628.108,58
(-) Provisões para Operações de Crédito	(651.173,97)	(624.964,93)	(1.276.138,90)	(2.242.626,61)
TOTAL	28.470.016,02	20.205.621,49	48.675.637,51	42.385.481,97

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / TD	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018
AA	-	Normal	2.129.868,80	682.492,65	-	2.812.361,45	-	1.497.727,90	-
A	0,5%	Normal	7.661.616,49	1.877.248,54	12.552.414,34	22.091.279,37	(110.456,40)	16.947.116,82	(84.735,58)
B	1%	Normal	5.084.156,71	1.455.858,22	6.753.065,32	13.293.080,25	(132.930,80)	11.912.523,69	(119.125,24)
B	1%	Vencidas	6.664,40	-	-	6.664,40	(66,64)	35.339,40	(353,39)
C	3%	Normal	4.599.007,11	718.070,50	2.203.582,55	7.520.660,16	(225.619,80)	5.325.311,82	(159.759,35)
C	3%	Vencidas	74.211,21	-	-	74.211,21	(2.226,34)	186.563,01	(5.596,89)
D	10%	Normal	1.216.950,88	141.614,67	1.734.423,68	3.092.989,23	(309.298,92)	5.478.281,71	(547.828,17)
D	10%	Vencidas	182.364,80	131.884,41	-	314.249,21	(31.424,92)	140.410,12	(14.041,01)
E	30%	Normal	209.966,04	25.852,08	-	235.818,12	(70.745,44)	1.963.974,28	(589.192,28)
E	30%	Vencidas	10.990,21	-	-	10.990,21	(3.297,06)	278.698,87	(83.609,66)
F	50%	Normal	61.410,20	-	34.849,38	96.259,58	(48.129,79)	149.306,06	(74.653,03)
F	50%	Vencidas	40.029,16	25.216,61	-	65.245,77	(32.622,89)	3.686,56	(1.843,28)
G	70%	Normal	-	-	-	-	-	5.671,15	(3.969,80)
G	70%	Vencidas	95.132,71	-	-	95.132,71	(66.592,90)	485.261,80	(339.683,26)

H	100%	Normal	242.593,76	-	-	242.593,76	(242.593,76)	15.960,84	(15.960,84)
H	100%	Vencidas	240,98	-	-	240,98	(240,98)	202.274,55	(202.274,55)
Total Normal			1.205.569,99	4.901.136,66	23.278.335,27	49.385.041,92	(1.139.774,91)	43.295.874,27	(595.224,29)
Total Vencidos			409.633,47	157.101,02	-	566.734,49	(136.471,73)	1.332.234,31	(647.402,04)
Total Geral			1.615.203,46	5.058.237,68	23.278.335,27	49.951.776,41	(1.276.246,64)	44.628.108,58	(242.626,33)
Provisões			(795.670,86)	(93.200,77)	(387.267,27)	(1.276.138,90)		(2.242.626,61)	
Total Liquido			0.819.532,60	4.965.036,91	22.891.068,00	48.675.637,51		42.385.481,97	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Tipo	Até 90	De 91 a 360	cima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	5.077.533,76	4.276.344,86	12.261.324,84	21.615.203,46
Financiamentos	791.612,56	1.313.234,73	2.953.390,39	5.058.237,68
Financiamento s Rurais e Agroindustriais	1.609.292,85	16.053.171,23	5.615.871,19	23.278.335,27
TOTAL	7.478.439,17	21.642.750,82	20.830.586,42	49.951.776,41

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamento Rurais	31/12/2019	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	549.434,07	-	-	549.434,07	1%
Setor Privado - Indústria	745.748,80	58.313,19	-	804.061,99	2%
Setor Privado - Serviços	4.774.955,73	511.555,76	-	5.286.511,49	11%
Pessoa Física	15.479.388,97	4.488.368,73	23.278.335,27	43.246.092,97	87%
Outros	65.675,89	-	-	65.675,89	0%
TOTAL	21.615.203,46	5.058.237,68	23.278.335,27	49.951.776,41	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	(2.242.626,61)	(1.054.315,61)
Constituições	-	(1.272.392,00)
Reversões	38.760,19	-
Transferência para prejuízo	927.727,52	84.081,00
TOTAL	(1.276.138,90)	(2.242.626,61)

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2019	% Carteira Total	31/12/2018	% Carteira Total
Maior Devedor	3.022.912,49	6%	1.588.095,54	4%
10 Maiores Devedores	14.438.190,08	29%	11.058.995,20	25%
50 Maiores Devedores	33.575.984,46	67%	29.934.266,75	67%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	536.819,00	554.931,00
Valor das operações transferidas no período	927.727,52	84.081,00
Valor das operações recuperadas no período	(495.838,79)	(102.193,00)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(20.464,46)	-
TOTAL	948.243,27	536.819,00

h) Operações renegociadas:

Em 31/12/2019 as operações de crédito renegociadas pela cooperativa apresentavam um montante total de R\$ 726.908,28, compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

7. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Rendas a Receber (a)				
Serviços prestados a receber	9.989,09	-	7.870,31	-
Outras rendas a receber	3.982,55	-	3.705,39	-
Diversos				
Adiantamentos e antecipações salariais	8.881,34	-	842,67	-
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	-	-	41.651,50	-
Devedores por depósitos em garantia (b)	-	103.198,04	-	103.198,04
Impostos e contribuições a compensar (c)	97.127,90	-	97.127,90	-
Títulos e créditos a receber	657,83	-	733,60	-
Devedores diversos - país	4.074,98	-	18.132,66	-
TOTAL	124.713,69	103.198,04	170.064,03	103.198,04

(a) Refere-se a rendas oriundas de convênio com CELG, SANEAGO, TELECOMUNICAÇÕES, TRIBUTOS FEDERAIS, ESTADUAIS, DPVAT, FGTS E OUTROS, as quais serão recebidas a partir do mês de janeiro de 2018.

(b) Depósito em juízo relativo ao PIS e COFINS incidentes sobre as receitas de atos cooperativos, que vem sendo discutido judicialmente (vide nota 28).

(c) Refere-se a valores pagos de IRRF sobre juros ao capital.

8. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
	Circulante	Circulante
Bens Não de Uso Próprio (a)	217.218,12	-
Material em Estoque	399	-
Despesas Antecipadas (b)	267.397,76	-
TOTAL	485.014,88	-

(a) Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente aos bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

(b) Registram-se ainda no grupo, a despesa antecipada referente ao PROJETO INOVA TI.

9. Investimentos

Em **31 de dezembro de 2019 e 2018**, os investimentos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Participações em cooperativa central de crédito – Sicoob Goiás Central	5.535.864,11	5.224.490,60
Participações inst financ controlada coop crédito - Bancoob	2.811.411,87	2.235.976,81
TOTAL	8.347.275,98	7.460.467,41

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do **SICOOB GOIÁS CENTRAL** e ações do BANCOOB.

10. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa depreciação	1/12/2019	1/12/2018
Terrenos		530.996,96	450.000,00
Edificações	4%	863.499,11	107.504,82
Móveis e equipamentos de Uso	10%	200.332,02	168.798,02

(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(123.098,29)	(110.979,48)
Sistema de Comunicação	20%	4.136,00	4.136,00
Sistema de Processamento de Dados	20%	1.204.319,06	382.552,46
Sistema de Segurança	10%	86.908,71	86.908,71
Sistema de Transporte	20%	36.500,00	36.500,00
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso		(439.711,23)	(381.793,50)
TOTAL		2.363.882,34	743.627,03

11. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de "Pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2019	Taxa média (% a.m.)	31/12/2018	Taxa média (% a.m.)
Depósito à Vista	16.237.757,33		11.308.035,62	
Depósito Sob Aviso	0,03	-	0,03	-
Depósito a Prazo	13.957.832,77	0,34	12.047.623,27	0,44
TOTAL	30.195.590,13		23.355.658,92	

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2019	% Carteira Total	31/12/2018	% Carteira Total

Maior Depositante	3.729.400,00	11%	1.754.397,08	7%
10 Maiores Depositantes	11.845.656,98	35%	7.179.770,46	29%
50 Maiores Depositantes	22.007.012,61	65%	15.401.979,14	62%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2019	2018
Despesas de Depósitos a Prazo	(906.040,99)	(785.252,52)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(222.539,65)	(120.744,93)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(59.407,64)	(46.385,12)
TOTAL	(1.187.988,28)	(952.382,57)

12. Recursos de aceite e emissão de títulos

Referem-se a Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/04). São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários, abaixo o saldo apropriado em despesas:

Descrição	2019	Taxa média	2018	Taxa média
Despesa Letras de Crédito do Agronegócio	(222.539,65)	0,31	(120.744,93)	0,40

As Letras de Crédito do Agronegócio – LCA emitidas pelo **SICOOB GOIÁS CENTRAL** possuem remuneração entre **0,80%** e **0,90%** do CDI, com prazos de vencimentos de até **29/03/2020**, com prazo mínimo de carência de **90 (noventa)** dias, conforme Resolução CMN Nº 4.410/2015.

13. Relações interfinanceiras e Obrigações por empréstimos

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	Taxa	Vencimento	31/12/2019		31/12/2018	
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Recursos do Bancoob	4,60% a 12,30%	Até 20/09/2024	15.942.814,07	6.446.005,25	11.157.352,72	-
(-) Despesa a apropriar Bancoob (a)			(690.176,32)	(930.134,06)	(321.278,58)	-
TOTAL			15.252.637,75	5.515.871,19	10.836.074,14	1.948.067,00

Os valores de despesas com juros de remuneração de empréstimos e repasses em 2019 totalizaram R\$ 858.361,89 e R\$ 461.607,50 em 2018.

14. Relações Interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem. Trata-se de cheques emitidos contra a ordem de terceiros.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
	Circulante	Circulante
Ordens de Pagamento (a)	3.729.400,00	1.747.800,00
TOTAL	3.729.400,00	1.747.800,00

15. Outras Obrigações

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	6.527,19	-	10.895,48	-
Sociais e Estatutárias	446.092,51	-	389.199,01	-
Fiscais e Previdenciárias	422.794,69	-	342.871,68	-
Diversas	711.068,58	266.880,82	452.857,01	103.198,04

TOTAL	1.831.274,61	266.880,82	1.195.823,18	103.198,04
--------------	---------------------	-------------------	---------------------	-------------------

15.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
	Circulante	Circulante
Resultado de Atos com Associados (a)	2.562,90	203.192,24
Resultado de Atos com não Associados (a)	55.856,52	55.856,52
Cotas de Capital a Pagar (b)	387.673,09	130.150,25
TOTAL	446.092,51	389.199,01

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

15.2 Fiscais e previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
	Circulante	Circulante
Provisão para Impostos e Contribuições s/Lucros	19.959,03	-
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	4.370,96	778,33
Impostos e Contribuições sobre Salários	69.918,27	60.754,24
Outros	328.546,43	281.339,11

TOTAL	422.794,69	342.871,68
--------------	-------------------	-------------------

15.3 Diversas

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Obrigações de Pagamento em nome de Terceiros	87.119,80	-	13.182,93	-
Provisão para Pagamentos a Efetuar	436.932,30	-	182.912,22	-
Provisão para Passivos Contingentes	-	103.198,04	-	103.198,04
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	35.746,74	163.682,78	161.758,51	-
Credores Diversos - País	151.269,74	-	95.003,35	-
TOTAL	711.068,58	266.880,82	452.857,01	103.198,04

(a) Referem-se à provisão para pagamento de despesas com pessoal e outras despesas administrativas.

(b) Refere-se à contabilização, a partir de **01/01/2019**, da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em **31 de dezembro de 2019**, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 5.979.751,66 (R\$ 5.421.763,00. em **31/12/2018**), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

16. Instrumentos financeiros

O **SICOOB PALMEIRAS** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em **31 de dezembro de 2019 e 2018**, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

17. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

No exercício de **2019**, a Cooperativa aumentou seu capital social para o montante de **R\$ 38.015.412,32** com recursos provenientes do PROCAPCRED – Programa de Capitalização de Cooperativas de Crédito ou SICOOB Cotas Partes.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Capital Social	38.015.412,32	28.012.954,13
Associados	1.503	1.355

b) Fundo de Reserva

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de **30%**, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Fundo de Aumento de Capital

Representado pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de **35%**, utilizados para futuro aumento de capital da cooperativa.

d) Reserva de Contingência

Fundo instituído pela Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 23 de dezembro de 2014, sob registro na Ata Sumaria nº. 28, que tem por objetivo proteger o patrimônio numerário da cooperativa, por meio da cobertura de eventuais sinistros (arrombamentos, assaltos, furtos e outras ações criminosas) em que a cooperativa possa vir a ser vítima, bem como ao desenvolvimento da cooperativa. Os recursos terão origem do provisionamento mensal no valor de **3%** (três por cento) do resultado líquido mensal, antes da provisão do imposto de renda.

e) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO).

Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 22/03/2019, os cooperados deliberaram pelo aumento do capital social com sobra do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, no valor de R\$1.205.680,98.

f) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	2019	2018
Sobra líquida do exercício	4.346.981,03	3.740.904,01
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	182.301,84	278.032,61
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	4.529.282,87	4.018.936,62
Destinações estatutárias		
Reserva legal – 30%	(1.358.784,86)	(1.205.680,99)
Fundo de aumento de Capital – 35%	(1.585.249,00)	(1.406.627,82)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(226.464,14)	(200.946,83)
Sobra à disposição da Assembleia Geral	1.358.784,86	1.205.680,98

18 Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio de R\$ 2.029.242,13, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 4.706/2018.

19. Receitas de operações de crédito

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	366.817,53	333.479,41

Rendas de Empréstimos	4.337.193,80	4.275.130,26
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	1.050.059,01	1.305.448,59
Rendas de Financiamentos	958.777,09	600.829,95
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados à vista (obrigatórios)	1.511.483,12	1.583.790,95
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	405.278,69	169.776,00
TOTAL	8.629.609,24	8.268.455,16

20. Despesas de intermediação financeira

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas De Captação	(1.187.988,28)	(952.382,57)
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	(858.361,89)	(461.607,50)
Provisões para Operações de Credito	136.768,63	(1.280.287,46)
TOTAL	(1.909.581,54)	(2.694.277,53)

21. Receitas de prestação de serviços

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Rendas de Cobrança	133.962,45	113.987,00
Rendas de outros serviços - Atos cooperativos		
Rendas de outros serviços - Atos não cooperativos		
TOTAL	133.962,45	113.987,00

22. Rendas de tarifas bancárias

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Rendas de Serviços Prioritários - PF	61.602,00	70.744,03
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	240,00	300,00
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	82.483,64	113.349,51

TOTAL	144.325,64	184.393,54
--------------	-------------------	-------------------

23. Despesas de pessoal

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(17.802,00)	(17.130,00)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(284.463,00)	(217.045,40)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(294.335,89)	(258.995,29)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(457.516,25)	(379.438,38)
Despesas de Pessoal - Proventos	(1.212.665,89)	(918.691,25)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(27.026,67)	(2.662,50)
TOTAL	(2.293.809,70)	(1.793.962,82)

24. Outros dispêndios administrativos

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de Água, Energia e Gás	(61.005,27)	(45.248,93)
Despesas de Aluguéis	(78.165,44)	(61.393,51)
Despesas de Comunicações	(52.816,65)	(51.348,88)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(24.142,85)	(45.891,15)
Despesas de Material	(44.795,16)	(47.509,75)
Despesas de Processamento de Dados	(321.009,82)	(233.322,02)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(128.460,30)	(41.334,05)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(162.817,95)	(12.166,45)
Despesas de Publicações	(1.447,50)	-
Despesas de Seguros	(151.469,79)	(146.796,63)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(259.869,88)	(201.218,89)
Despesas de Serviços de Terceiros	(143.689,77)	(99.372,81)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(187.965,77)	(157.034,64)

Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(250.115,15)	(99.202,07)
Despesas de Transporte	(35.126,01)	(38.335,56)
Despesas de Viagem no País	(29.658,59)	(33.096,69)
Despesas de Amortização	(74.940,31)	(25.878,61)
Despesas de Depreciação	(82.197,83)	(42.251,70)
Outras Despesas Administrativas	(48.170,75)	(19.673,03)
Emolumentos judiciais e cartorários	(29.719,48)	(8.793,37)
Contribuição a OCE	(171.424,55)	(101.758,31)
Rateio de despesas da Central	(70.049,11)	(190.641,95)
Rateio de despesa do Sicoob conf.	(8.318,71)	-
TOTAL	(2.417.376,64)	(1.702.269,00)

25. Outras receitas operacionais

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Outras - Reversão de Provisões Operacionais	213.289,23	7.416,81
Dividendos	325.436,88	-
Distribuição de sobras da central	0,00	83.343,52
Rendas de repasses Delcredere	71.998,20	78.883,91
Outras rendas operacionais	311.587,03	250.263,90
Rendas oriundas de cartões de crédito	126.702,78	26.858,19
TOTAL	1.049.014,12	446.766,33

26. Outras despesas operacionais

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Operações de Crédito - Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	(164.948,67)	(8.615,30)
Despesas de Provisões Passivas	(253.341,87)	(105.454,51)
Outras Despesas Operacionais	(112.362,30)	(74.362,47)
Descontos concedidos - operações de crédito	(16.159,08)	(7.078,91)

Cancelamento - tarifas pendentes	(67,00)	(393,00)
TOTAL	(546.878,92)	(195.904,19)

27. Resultado não operacional

Descrição	2019	2018
Ganhos de Capital	8.089,01	11.064,54
Outras Rendas não Operacionais	-	61,60
(-) Outras Despesas não Operacionais	(513,00)	(740,00)
Resultado Líquido	7.576,01	10.386,14

28. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2019:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	195.742,25	0,1659%	409,20
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	277.257,98	0,2349%	408,90
TOTAL	473.000,23	0,4008%	818,10

Montante das Operações Passivas	1.862.192,21	2,9780%	
--	--------------	---------	--

b) Operações ativas e passivas – saldo em **2019**:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	1.152,74	5,77	0,2154%
Conta Garantida	274,20	1,37	0,1014%
Crédito Rural	32.000,00	160,00	0,1375%
Empréstimo	118.412,38	592,06	0,6707%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	98.035,87	0,6078%	0%
Depósitos a Prazo	807.805,85	4,0154%	0,3276%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.
Empréstimos	1,7580%
Aplicação Financeira - Pós Fixada	89,1827%

(*) Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do conselho da administração ou, quando delegada formalmente, pela diretoria executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2019	
CPR (física, financeira, coobrigações)	
Empréstimos e Financiamentos	0,1981%
Credito Rural (modalidades)	0,0558%
Aplicações Financeiras	2,9780%

e) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Crédito Rural	72.000,00
Empréstimo	122.670,04

g) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

2019	2018
57.220,82	2.583.640,11

h) No exercício de **2019** os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2019 (R\$)	
Honorários - Conselho Fiscal	(17.802,00)
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(284.463,00)
Encargos Sociais	(59.257,80)

29. Cooperativa Central

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE PALMEIRAS E REGIÃO LTDA - SICOOB PALMEIRAS**, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à **COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE GOIÁS LTDA - SICOOB GOIÁS CENTRAL**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB GOIÁS CENTRAL** é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB GOIÁS CENTRAL** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB PALMEIRAS** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB GOIÁS CENTRAL** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com a **SICOOB GOIÁS CENTRAL**:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Ativo		
Centralização Financeira	51.835.879,41	27.555.523,26
Investimentos	5.535.864,11	5.224.490,00

30. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

30.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Acordo de Basileia II, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

30.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

30.3 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

30.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

30.5 Gestão de Continuidade de Negócios

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

31. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para

fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

32. Índice de Basiléia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR) , apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	2019	2018
Índice de Basiléia	63,54%	58,71%

33. Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Provisão para Riscos Fiscais	Depósitos Judiciais	Provisão para Riscos Fiscais	Depósitos Judiciais
Para Interposição de Recursos Fiscais - Lei 9.703/98	103.198	103.198	103.198	103.198
TOTAL	103.198	103.198	103.198	103.198

O montante registrado refere-se à provisão constituída para riscos fiscal relativa ao PIS e à COFINS, que se encontram depositados em juízo. A legalidade de recolhimento está sendo questionada pelas cooperativas de crédito integrantes do sistema Sicoob Goiás, por meio do mandado de segurança aforados pelo mesmo, com pedido de liminar. Foi concedida em 01.08.2000, liminar determinando a autoridade competente para se abster de exigir das cooperativas de crédito do Sistema Sicoob Goiás a contribuição para a COFINS sobre receitas com atos cooperativos próprios (Lei 5.761/71), que se encontra suspensa, excluindo-se da decisão os atos praticados com terceiros. Em 25.11.2005, o TRF da 1ª Região julgou e deu ganho de causa às cooperativas de crédito integrantes do Sistema Sicoob Goiás, em relação ao recurso de apelação no Mandado de Segurança, no que diz respeito à cobrança da COFINS.

Segundo Assessoria Jurídica do Sicoob Goiás Central, a Receita Federal recorreu da decisão e ainda se aguarda o resultado do recurso.

Segundo a assessoria jurídica, não existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, classificados com probabilidade de perda possível.

RICARDO WAGNER DE OLIVEIRA
DIRETOR ADMINISTRATIVO.

LUCAS MARQUES DE MOURA
DIRETOR OPERACIONAL

FERNANDA CASTORINA CAMPOS
CONTADOR 020222/03